



HISTÓRIA, POLÍTICA E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DO ENSINO PRIMÁRIO NA TRANSIÇÃO DOS PERÍODOS REPUBLICANOS NO PARANÁ (1920-1934)

  Cassio de Souza Farias¹
  Jorge Uilson Clark²

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

Correspondência ao Autor
 Nome: Cassio de Souza Farias
 E-mail: souzafarias.cassio@gmail.com
 Instituição: Universidade Federal do Paraná, Brasil

Submetido: 06/04/2019
 Aprovado: 10/03/2020
 Publicado: 09/07/2020

 10.20396/rho.v20i0.8655134
 e-Location: e020030
 ISSN: 1676-2584

Checagem
 Antiplágio



Distribuído
 Sobre



RESUMO

Busca-se compreender com essa Pesquisa o Ensino Primário na transição entre Repúblicas nos anos de 1920 a 1934 no estado do Paraná e seu papel como ator de mudanças na sociedade. A metodologia utilizada, se deu a partir da análise sob a ótica do conceito de “Entusiasmo pela Educação” configurado por Jorge Nagle (1974), das fontes impressas disponíveis no Arquivo Público do Paraná e no site Hemeroteca, bem como em documentos levantados no Instituto Geográfico e Histórico do Município de Paranaguá. O recorte temporal inicia em 1920 como ponto de partida das reformas educacionais no Paraná até 1934 com a promulgação da Constituição Federal de 1934. O Paraná, inicia em 1920 o processo de reformulação educacional com Caetano Munhoz da Rocha e foca no combate ao analfabetismo, onde o “grande problema da nação brasileira” consistia na “ignorância do povo”. Com este trabalho, foi possível observar a transição do Ensino Primário no Paraná a partir de 1930, onde os processos de disseminação do Ensino Elementar foram rompidos com a revolução de 1930 no Brasil. Concluiu-se então, que o Ensino Primário no Paraná, serviu primeiramente como agente de mudanças sociais em busca das mudanças no campo político e os primeiros passos para abraçar os interesses da camada social ligadas a burguesia-urbano-industrial, em busca de obra para as novas indústrias que iam emergindo, enquanto na segunda República, com Vargas e consequentemente Manoel Ribas no Paraná, o plano de reconstrução nacional, se embasava no Ensino Profissional vinculado ao trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: História da educação no Paraná. Transição das repúblicas. Ensino primário. Entusiasmo pela educação.



HISTORY, POLITICS AND EDUCATION: A STUDY OF PRIMARY EDUCATION IN THE TRANSITION OF THE REPUBLICAN PERIODS IN PARANA (1920-1934)

Abstract

It seeks to understand with this research the primary education in the transition between republics in the years 1920 to 1934 in the state of Paraná and its role as actor of changes in society. The methodology used was based on the analysis of the concept of "Enthusiasm for Education" as defined by Jorge Nagle (1974), of the printed sources available in the Public Archive of Paraná and in the Hemeroteca website, as well as in documents collected at the Institute Geographical and Historical History of the Municipality of Paranaguá. The time cut began in 1920 as a starting point for educational reforms in Paraná until 1934 with the promulgation of the Federal Constitution of 1934. Paraná began in 1920 the process of educational reformulation with Caetano Munhoz da Rocha and focuses on combating illiteracy, where the "great problem of the Brazilian nation" consisted in the "ignorance of the people". With this work, it was possible to observe the transition of Primary Education in Paraná from 1930, where the processes of dissemination of Elementary Education were broken with the revolution of 1930 in Brazil. It was concluded that Primary Education in Paraná served primarily as an agent of social change in search of changes in the political field and the first steps to embrace the interests of the social strata linked to the urban-industrial bourgeoisie in search of a work for the new industries that were emerging, while in the second Republic, with Vargas and consequently Manoel Ribas in Paraná, the national reconstruction plan, was based on professional education linked to work.

Keywords: History of education in Paraná. Transition of the republics. Primary school. Enthusiasm for education.

HISTORIA, POLÍTICA Y EDUCACIÓN: UN ESTUDIO DE LA ENSEÑANZA PRIMARIA EN LA TRANSICIÓN DE LOS PERÍODOS REPUBLICANOS EN PARANÁ (1920-1934)

Resumen

Se busca comprender con esa Investigación la Enseñanza Primaria en la transición entre Repúblicas en los años de 1920 a 1934 en el estado de Paraná y su papel como actor de cambios en la sociedad. La metodología utilizada, se dio a partir del análisis bajo la óptica del concepto de "Entusiasmo por la Educación" configurado por Jorge Nagle (1974), de las fuentes impresas disponibles en el Archivo Público de Paraná y en el sitio Hemeroteca, así como en documentos levantados en el Instituto Geográfico e Histórico del Municipio de Paranaguá. El recorte temporal comienza en 1920 como punto de partida de las reformas educativas en el Paraná hasta 1934 con la promulgación de la Constitución Federal de 1934. El Paraná inicia en 1920 el proceso de reformulación educativa con Caetano Munhoz da Rocha y se enfoca en el combate al analfabetismo, donde el "gran problema de la nación brasileña" consistía en la "ignorancia del pueblo". Con este trabajo, fue posible observar la transición de la Enseñanza Primaria en el Paraná a partir de 1930, donde los procesos de diseminación de la Enseñanza Elemental se rompieron con la revolución de 1930 en Brasil. Se concluyó entonces que la Enseñanza Primaria en Paraná sirvió primero como agente de cambios sociales en busca de los cambios en el campo político y los primeros pasos para abrazar los intereses de la capa social ligada a la burguesía urbano-industrial, en busca de mano de obra para las nuevas industrias que iban emergiendo, mientras que en la segunda República, con Vargas y consecuentemente Manoel Ribas en el Paraná, el plan de reconstrucción nacional, se basaba en la Enseñanza Profesional vinculada al trabajo.

Palabras Clave: Historia de la educación en Paraná. Transición de las repúblicas. Enseñanza primaria. Entusiasmo por la educación.



INTRODUÇÃO

Esse estudo, trata do período histórico do Brasil que marca o movimento transitório de um país que se desloca em dois caminhos para a educação em um momento de mudanças no contexto sociopolítico: De um lado, a satisfazer a mão de obra aos setores industriais e mercantis do país, e de outro lado, ir no caminho da transformação social e o progresso da nação através da educação.

No decorrer da História educacional brasileira, mais especificamente na década de 1920, podemos destacar a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE) em 1924, onde temos o ponto de partida sobre a discussão da escola pública, iniciada anteriormente, de forma não institucionalizada, no “otimismo pedagógico” no início da década, quando buscou-se debater sobre as ideias pedagógicas.

Já na década de 1930, a partir do envolvimento de Francisco Campos, que assumiu o cargo de Ministro da Educação e Saúde Pública em 1931, a educação ganha importância fundamental, mesmo não aparecendo, anteriormente, no plano de metas de Getúlio Vargas.

Em adição, o Manifesto dos Pioneiros em 1932, foi ponto de destaque na análise do primeiro período republicano (1889-1930), quando então foi feito um diagnóstico sobre a educação no Brasil que resultou no Movimento de Renovação Educacional (MRE).

Acrescentamos ainda que, o principal articulador do Movimento de Renovação Educacional, era a busca da implementação de uma educação que “despertasse” o verdadeiro cidadão brasileiro, em outras palavras, mudar esses aspectos educacionais no Brasil, era de suma importância para “produzir” brasileiros “puros” e verdadeiros “cidadãos”, para que então, o país trilhasse o caminho do progresso.

A partir desse contexto, faremos o recorte temporal com o início das reformulações técnicas e administrativas no Paraná, dadas por Caetano Munhoz da Rocha na década de 1920, onde, por um lado visava consolidar com os interesses próprios da demanda do seu governo, como para corroborar com a sua visão educacional que considerava necessária para a população paranaense, até em meados de 1934, quando com a promulgação da nova constituição, traria novos caminhos para a educação no país e, conseqüentemente, para o Paraná.

Nesse sentido, é possível notar uma articulação de renovação educacional no Paraná, a partir das reformas técnicas e administrativas iniciadas por Caetano Munhoz da Rocha em seu primeiro mandato (1920-1924). O que ocorre é que, logo em seus primeiros anos como Presidente do Estado, Caetano Munhoz busca os modelos paulistas de educação a partir do momento em que convida o então Diretor da Escola de Pirassununga, Prieto Martinez, para entrar em seu quadro de inspetores educacionais do Paraná. É relevante destacar que, embora o Paraná buscasse aderir aos seus modos educacionais os modelos importados de São Paulo, o Paraná, não se desvinculou do restante do País, tendo em vista que todas as articulações políticas a níveis federais, resultaram em uma intervenção nos demais Estados do país.



Sendo assim, esse estudo se dá através de uma análise de fontes primárias, tais como, as mensagens oficiais a assembleia legislativa, encontradas no site do Arquivo Público do Paraná, materiais a respeito do período estudado no Paraná disponíveis no Instituto Geográfico e Histórico do município de Paranaguá e periódicos veiculados no estado armazenados na Biblioteca Nacional, obtidos através do endereço eletrônico. Vale ressaltar aqui, que se entende como fontes primárias, todos os documentos que não tenham recebido nenhum tratamento analítico, “[...] documentação de época ou mais diretamente assimilada como material primário pertinente ao problema examinado.” (BARROS, 2012, p. 18).

Por sua vez, esse trabalho será dividido em três partes para contemplar a análise transitória do ensino primário no Paraná: A primeira, consiste em um aporte teórico das duas sociedades brasileiras classificadas como Primeira e Segunda República; Na segunda parte, será abordado de maneira sucinta, os cenários educacionais no Brasil; E, por fim, será analisado o ensino primário no Paraná, com base na transição política que o Brasil sofre no decorrer do final dos anos 1920 ao início dos anos 1930.

PANORAMA HISTÓRICO DOS PRIMEIROS PERÍODOS REPUBLICANOS DO BRASIL: ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

Nos dois momentos em que o Brasil passa por uma transição de sociedade, primeiramente na transição do Brasil Império para a Primeira República, e depois na passagem da Primeira para a Segunda República, o que as identificam em semelhanças são as lutas de interesses políticos e os reaparelhamentos ideológicos que tem por objetivo principal a hegemonia de uma determinada classe. Nesse contexto, podemos observar que o foco principal na passagem do Império para a Primeira República, era o rompimento com as relações do regime imperial sob o discurso de modernização do país. E no caso, da Segunda República, quando o Brasil rompe com as políticas oligárquicas próprias da Primeira República, o discurso é a renovação da identidade brasileira através da luta contra a corrupção oligárquica, que simbolizava os desdobramentos dessa forma política. Acreditava-se, portanto, que esse aparato político impossibilitava a entrada do país na fileira das grandes nações industriais e modernas.

Nessa contextualização iniciada no parágrafo acima, podemos destacar o setor econômico como principal eixo das relações políticas no Brasil, pois na Primeira República, o poder econômico do país atuava em prol das grandes fazendas e os grandes proprietários de terras, onde existiam em prol da produção em larga escala das matérias-primas, essenciais para a produção industrial. Outro ponto nesse setor social a ser destacado, são os novos métodos de produção capitalistas, basicamente resumidos no sistema fabril de produção. Em síntese, a economia do Brasil na Primeira República era dividida em duas elites socioeconômicas: a burguesia urbano-industrial e a burguesia oligárquica ou elite agroexportadora.

Na primeira transição aqui destacada, da Monarquia para a Primeira República, a iniciativa foi a de mudar as estruturas políticas e econômicas na qual o país se baseava, passando



de um regime conservador para outro regime mais progressista no sentido da modernização, principalmente, dos métodos de produção e de exportação de recursos. De acordo com Sodré (1990, p. 291),

[...] o império era, sem qualquer dúvida a representação, no Brasil, de uma velha estrutura, que já não tinha condições de vigência, pelo menos nos moldes tradicionais em que se anquilosara. Gerado das imposições da classe dominante que empresara a autonomia, e que a desejara com o mínimo de alterações, já não satisfazia, numa fase em que profundas alterações tinham lançado raízes no país.

O processo de mudança do regime político brasileiro nesse período da década de 1880, se deu de forma lenta e contou com a participação de elementos ligados às camadas médias das classes sociais do país que ansiavam por mudanças para que pudesse atender as novas demandas da modernização urbano-industrial que davam os primeiros passos.

A proclamação da República em 1889, fez com que o país precisasse adaptar suas esferas políticas, administrativas e econômica. Em contrapartida a essas mudanças, esse novo regime, só teve efeito a algumas camadas sociais, em outras palavras, as mudanças só foram sentidas por aqueles que participaram do movimento de republicanação do país. Pois, a maioria da população vivia em regiões rurais e com pouco acesso a informação das regiões centrais do país. Nesse sentido, a massa da população só ficaria sabendo o que estava ocorrendo no país, dias depois.

O ano de 1889 não significou uma ruptura do processo histórico brasileiro. As condições de vida dos trabalhadores rurais continuaram as mesmas; permaneceram o sistema de produção e o caráter colonial da economia, a dependência em relação aos mercados e capitais estrangeiros. (COSTA, 1999, p. 490).

Não só, a Proclamação da República contribuiu para o avanço nos aspectos políticos e principalmente econômicos no país, bem como, possibilitou a observação de novos horizontes que a Monarquia não permitia ou se resguardava para não fazer. Além do mais, a República permitiu ainda, abrir as portas para a nova ordem econômica mundial que buscava se instalar no país, buscando tornar a economia brasileira mais robusta. Segundo Prado Junior (1980, p. 209), a

[...] república, rompendo os quadros conservadores dentro dos quais se mantivera o Império apesar de todas as suas concessões, desencadeava um novo espírito e tom social bem mais de acordo com a fase de prosperidade material em que o país se engajara.

Como resultado, as transformações no campo econômico, posteriores ao rompimento com as relações imperialistas, permitiu mudanças nos setores industriais e comerciais do país. Alguns fatores como o aparecimento dos novos meios de produção, estrutura comercial e industrial, organização do mercado com o intuito de acumulo de bens materiais, processos de trocas de objetos visando o lucro e nos meios de transportes, como linhas ferroviárias e estradas, contribuíram para o início do desenvolvimento econômico do país.



Já no campo político, após Proclamação da República, o poder era centralizado basicamente nos grandes proprietários de terras. Esse modelo de Política, também conhecido como República das oligarquias, República do “café-com-leite” ou República dos “Coronéis”, foi um regime de poucos, centrado apenas nos principais integrantes da classe dominante de algumas regiões do país. Esses grupos dominantes estavam presentes nas regiões economicamente favoráveis, como, em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Em São Paulo, A elite oligárquica, segundo Fausto (1995) “[...] esteve mais próximas dos interesses dominantes, ligados à economia cafeeira e com o correr do tempo, também à indústria.”

Os estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul não se basearam apenas nas políticas recorrentes a economia agrária. A região gaúcha, foi forte concorrente política, que tinha por base correntes ligadas a um modelo positivista. A região mineira, seguiu o caminho da “fabricação” de “políticos profissionais”.

Dentro desse regime, o controle do poder do governo federal era promovido em prol dos interesses dessas oligarquias, e por mais que o povo pudesse demonstrar desejos de mudanças através do voto, ficava impossibilitado, dado que nem todos poderiam votar devido à alta taxa de analfabetos em todo o país. Fausto (1995, p. 262) demonstra ainda que o

[...] desinteresse crescia quando nas eleições para presidente os partidos estaduais se acertavam, lançando candidaturas únicas, ou quando os candidatos de oposição não tinham qualquer possibilidade de êxito. A porcentagem de votante oscilou entre um mínimo de 1,4% da população total do país (eleição de Afonso Pena em 1906) e um máximo de 5,7% (eleição de Júlio Prestes em 1930).

Outro fator que é válido ser ressaltado aqui, é o fato de que a oligarquia não se adaptava a ideia de uma expansão econômica pautada nos modos de produção em larga escala que a burguesia urbano-industrial buscava. E isso, era o que a nova ordem econômica estava disposta a implementar e injetar capital no país.

Todos os fatores ligados a essa política oligárquica, vira o ponto de partida para um novo sentimento de mudança nas correntes políticas no país. E é nesse caminho, que um velho conhecido desejo de rompimento com o regime vigente, começa a renascer, uma vez que, o processo transitório do período Imperial para a República se deu na iniciativa de um Estado que contribuísse para economia e principalmente a garantia de direitos individuais e econômicos.

É nesse sentido, que o regime das oligarquias não contribuía mais aos interesses das elites dominantes, sobretudo aquelas ligadas ao ramo industrial.

O declínio das oligarquias denunciava a presença de novas forças no cenário brasileiro. A estrutura econômica já não encontrava correspondência na estrutura política, inadequada, obsoleta, vivendo por inércia, rotinada em seus processos e tendo de valer-se agora de recursos diversos para assegurar a sua continuação. (SODRÉ, 1990, p. 314).



Todas essas situações fizeram com que crescesse a apreciação à tomada de poder pelos militares, tanto pela participação da elite urbano-industrial, que pretendia alterar as posições governamentais em busca de uma maior expansão econômica industrial, de alguma parcela da sociedade que compunha as classes médias de alguma forma ligada ao Exército, quanto uma parte da população trabalhadora que buscava o seu lugar na sociedade e seus direitos. Essas disposições contra a Primeira República, leva ao processo de intervenção comandada por Getúlio Vargas em outubro 1930, conhecido como Revolução de 1930, onde marca o início da Segunda República.

Após a tomada do poder pelos militares, que marcharam do Rio Grande do Sul, comandados por Getúlio Vargas, promulga-se o Decreto nº 19.398 de 11 de novembro de 1930, que institui o Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, marcando o fim da Primeira República (1889-1930).

O Governo Getulista, inicia em 1930, com um forte abalo em sua economia, tendo em vista a quebra da bolsa de valores dos Estados Unidos da América em 1929, onde a exportação era uma saída que não dava mais lucro dado a instabilidade do comércio exterior afetada pela crise.

No início dos anos 30, o Governo Provisório tratava de se firmar em meio a muitas incertezas. A crise Mundial trazia como consequência uma produção agrícola sem mercado, a ruína de fazendeiros, o desemprego nas grandes cidades. As dificuldades financeiras cresciam: caía a receita das exportações e a moeda conversível se evaporara. (FAUSTO, 2001, p. 186).

Mesmo com esse abalo econômico, o Governo do Brasil não podia se afastar da produção do café, que no momento era a manufatura mais lucrativa do país. Pois, “[...] em 1929, as economias mundiais autônomas tentaram transferir para os países economicamente dependentes os efeitos da crise mundial. E o Brasil foi atingido.” (ROMANELLI, 1986, p. 48).

Além disso, com a crise mundial assolando as exportações, o Brasil começou a adentrar a crise, justamente pelo fato de que a economia girava em torno das exportações para países com os quais os EUA também faziam comércio, em outras palavras, quando a bolsa americana entrou em colapso, os outros países foram atingidos, afetando o Brasil diretamente, devido a superprodução do setor cafeeiro, pois, “[...] desde 1925 a produção ultrapassava largamente a exportação [...] a solução encontrada, quando a crise ocorreu, e surpreendeu a todos, foi a da queima.” (SODRÉ, 1990, p. 321).

Outra saída encontrada para a sobrevivência econômica do Brasil perante a crise foi pela substituição da exportação de produtos pela produção interna. Após a diminuição de produção e exportação nos setores cafeeiros e sua substituição por papel e algodão, o país também se encarregou de cuidar das produções focando no mercado interno, o que auxiliou na recuperação da economia brasileira.

A alta dos produtos no mercado interno atendia ao que se era obrigado a poupar em importações pelo declínio do poder de compra no exterior. A redução do quantum das



importações foi superior a 60%, e satisfez-se com oferta interna o que antes era atendido com importações. Mas isso aconteceu porque foi possível produzir, no interior, aquilo que vinha do exterior. (SODRÉ, 1990, p. 324).

Já no campo político, desde cedo, Getúlio Vargas atuou na centralização do poder no governo federal, isso decorre após a tomada do poder legislativo e executivo. Essas medidas foram para que Getúlio pudesse resguardar o seu governo, pois impediam uma nova tomada de poder por parte dos demais Estados brasileiros, tendo em vista que os governadores dos Estados foram substituídos por interventores militares.

Essa preocupação de uma nova tomada de poder por parte dos demais Estados levou Getúlio estipular determinadas diretrizes para o cumprimento dessa centralização, Segundo Fausto (1995, p. 333)

Em agosto de 1931, o chamado Código dos Interventores estabeleceu as normas de subordinação destes ao poder central. Limitava também a área de ação dos Estados, que ficaram proibidos de contrair empréstimos externos sem a autorização do governo federal; gastar mais de 10% da despesa ordinária com os serviços da polícia militar; dotar as polícias estaduais de artilharia e aviação ou armá-las em proporção superior ao Exército. (FAUSTO, 1995, p. 333).

Com base nessas situações acima descritas, percebe-se um medo de uma nova movimentação contra o governo que se instalava no país. Dentro dessas medidas para impedir uma nova movimentação, Getúlio Vargas atuou principalmente nas bases dos trabalhadores, com a proposta da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), que “[...] teve por objetivos principais reprimir os esforços organizatórios da classe trabalhadora urbana fora do controle do Estado e atraí-la para o apoio difuso ao governo.” (FAUSTO, 1995, p. 335).

Em síntese, a aproximação com a Igreja Católica, que teve papel fundamental para ganhar o apoio da massa católica, a Centralização do Poder, a Política do Café e CLT para os trabalhadores, foram medidas tomadas que o tornaram um governante carismático e considerado um “homem do povo”, alguém que mediava os setores sociais, políticos e econômicos do Brasil, o que resultou na perduração do seu governo por 15 anos consecutivos (1930-1945) e posteriormente eleito pelo povo em 1950 até o seu suicídio em 1954.

PRINCIPAIS CENÁRIOS EDUCACIONAIS DAS DUAS PRIMEIRAS REPÚBLICAS BRASILEIRAS (1920-1934)

Com base nas mudanças das estruturas econômicas brasileiras, com o advindo da República em 1889, o país passa por mudanças no campo de trabalho. Onde pois, anteriormente, o modo de produção era ruralista, em 1920, dá os primeiros passos à industrialização em 1930.

É nessa linha de análise, que na Primeira República, o Ensino Primário teve seu papel em dois momentos importantes dessa sociedade: Mão-de-obra para as novas formas de produção e ferramenta para a conquista da hegemonia da classe burguesa-industrial.



O primeiro, está ligada a formação de trabalhadores, tendo em vista a busca pelos novos modos de produção capitalistas que iam surgindo pelas indústrias no país, o que de certa forma, exigiu da população que buscava por trabalho nas áreas urbanas, certos conhecimentos elementares que a instrução primária poderia fornecer, como, contar, ler e escrever.

Nesse sentido, a educação na década de 1920 não se consolidaria sem uma relação direta aos modos de produção. Uma vez que, anteriormente, no modo de produção ruralista, não havia necessidade de um ensino, mesmo que elementar. Entretanto, com o advindo das novas disposições fabris, essa educação deve mudar para a instauração dessa nova cultura de produção no país.

O segundo papel do ensino nesse período, está no campo político, onde nos movimentos de renovação educacional ligados a alguns intelectuais da época, tem o objetivo em alfabetizar a população, no momento em que mais de 75% da população era analfabeta, o que reforçava a dominação do campo político oligárquico. (RIBEIRO, 1992, p. 74-75). É nessa perspectiva, que a massa da população analfabeta, afetava na concorrência política, pois de acordo com a Constituição de 1981, só poderiam participar politicamente os alfabetizados.

É nesse momento, que de um lado o processo eleitoral baseado em uma política oligárquica, conhecida também como “política do café-com-leite”, desperta em alguns intelectuais da época a percepção para a necessidade da educação.

Acrescentamos ainda que, os dados relativos ao índice de analfabetos no Brasil em 1920, “[...] foi o bastante para que boa parcela da intelectualidade, imbuída de um espírito de ‘republicanização da república’ e horrorizado com a situação do analfabetismo generalizado [...]” (GHIRALDELLI, 2001, p. 18), insistisse na disseminação da instrução pública em massa.

O que marca esse momento também, é o sentimento de nacionalismo e de necessidade de ascensão social com base na disseminação do ensino elementar para as classes mais populosas do país. Por outro lado, esse intuito vinha para corroborar com o sentimento de liberdade do povo e os movimentos contra a corrupção eleitoral existente desde a consolidação das oligarquias. Segundo Pécaut (1990, p. 14)

Os intelectuais dos anos 25-40 mostram-se preocupados sobretudo com o problema da identidade nacional e das instituições. Na sua perspectiva, já existia uma identidade nacional latente, confirmada pelas maneiras de ser, pelas solidariedades profundas e pelo folclore.

Nessa perspectiva do discurso moralizante e redentor da identidade nacional que era disseminado para a população, a favor da democracia e sob o foco do liberalismo, ou em outras palavras, das liberdades individuais, econômicas, culturais e políticas, nasce o intento de massificar o Ensino Primário para que esses objetivos fossem concluídos e o Brasil entrasse nas fileiras das grandes nações.



Nessa mesma análise, ressaltamos que o Ensino Primário no início da década de 1920 vinha com a intenção de mudança do cidadão brasileiro, a quebrar com os paradigmas da sociedade imperialista antes existentes no país e iniciar um novo rumo para a formação da população, tanto para os setores capitalistas emergentes, quanto para ser o ponto de partida de uma sociedade em (re)construção em outros parâmetros na qual a educação poderia fornecer.

De acordo com Rodrigues (2010) o Ensino Primário, se fez mais intenso nas áreas mais populosas, onde a educação oferecida, seria redentora dos cidadãos e ferramenta para regeneração social, onde ocuparia essas pessoas e as tirariam da “ociosidade ignorante”.

Nessa visão preconceituosa da classe operária o trabalho era colocado como elemento de regeneração de costumes e, junto com o nacionalismo compunha a base de uma estratégia de moralização dos futuros trabalhadores, moldando-os desde já para a disciplina da produção. Desse modo, preparavam-se a formação de uma mentalidade, segundo a qual atender aos deveres de trabalho assemelhava-se a atender aos deveres para com a Nação. Esta, portanto, servia como um véu que ocultava as oposições de classe presentes nas relações de trabalho. (RODRIGUES, 2010, p. 30).

Outro ponto, são as ideologias anarquistas que estavam pairando sobre o Brasil, importadas com a vinda dos imigrantes em sua maioria europeus, que influenciaram na formação do pensamento dos trabalhadores urbanos, resultando nas movimentações em busca de novas perspectivas e melhores condições de trabalho. Para esse momento, Carvalho (1989) nos traz a visão de Fernando Magalhães “[...] ilustre médico Carioca que desde os anos 20 se engajara na campanha de regeneração nacional pela educação [...]”, onde o imigrante o incomodava, pois através das greves trabalhistas acabava por “[...] fermentar de anarquia o caráter nacional.” (CARVALHO, 1989, p. 11-12).

Nesse sentido, havia a necessidade de reformulação desse ensino, em busca da “colaboração” da população com a burguesia industrial, o que acarreta nas críticas efetuadas no início da década de 1920, para o ensino elementar que estava sendo aplicado, onde os métodos deveriam ser alterados para a (re)construção nacionalista, onde vai se desenrolar o “otimismo pedagógico”, que segundo Nagle (1974, p. 100) é “[...] a crença de que determinadas formulações doutrinárias sobre a escolarização indicam o caminho para a verdadeira formação do novo homem brasileiro (escolanovismo).”

A partir do momento em que se inicia a disseminação dessas novas ideias, há a necessidade de ter uma instituição que faça essa aplicação. Nesse intuito, a Associação Brasileira de Educação (ABE) criada em 1924, é o local onde essas ideias serão discutidas e encaminhadas para a população principalmente em instituições de Ensino Primário, pois essa instituição “[...] funcionou como instância de organização e credenciamento de reformadores sociais, produzindo um espaço de ação política.” (CARVALHO, 1989, p. 57).

É a partir dessa série de eventos que desencadeia o processo de mudanças nos setores educacionais pelo país, onde a reorganização das estruturas administrativas escolares foram elementos visados pelos estados e pela união, fazendo com que essas disposições fossem



necessárias para dar o início no combate ao analfabetismo. Nesse sentido, podemos afirmar que essas reestruturações dos aspectos administrativos da educação foram intencionalizadas para a disseminação do Ensino Primário para a população. No Paraná, essas disposições têm início com o então Presidente do Estado Caetano Munhoz da Rocha, onde se utiliza dos modelos Paulistas para dar início ao processo de reorganização do Ensino do Estado.

A sociedade capitalista industrial fez transformações profundas na educação para que fosse formado o “homem” ideal para esse novo modo de produção, para isso, a educação universal às classes populares e mais populosas, são objetivos dessa sociedade. Segundo Romanelli (1986, p. 59) “[...] o capitalismo industrial, engendra a necessidade de fornecer conhecimentos a camadas cada vez mais numerosas, seja pelas exigências da própria produção, seja pelas necessidades do consumo que essa produção acarreta.” Ou seja, para a manutenção da sociedade capitalista industrial, é necessário que haja mão-de-obra abundante e pessoas que possam consumir nesse mercado.

No Brasil, o capitalismo industrial ganhou forma a partir da revolução de 1930. Anteriormente a esse momento, o regime oligárquico resistia aos novos meios de produção que se implantavam no país com a modernização e urbanização, onde desencadeou o processo de desinteresse pelo regime político existente pela burguesia urbano-industrial, que resultou na queda das oligarquias.

Nesse sentido, a educação não era vista apenas como dispositivo de ascensão social, o que muda com o regime político e econômico da burguesia industrial, pois, a partir dessa nova estrutura de produção, é exigido os requisitos mínimos de instrução, tais como, a leitura, escrita e operações matemáticas. Para isso, a sociedade tem de se adaptar para essa concorrência no mercado de trabalho assalariado, e dado ao crescimento populacional nas áreas urbanas, essas exigências educacionais tendem a aumentar.

A intensificação do capitalismo industrial no Brasil, que a Revolução de 30 acabou por representar, determinou conseqüentemente o aparecimento de novas exigências educacionais. Se antes, na estrutura oligárquica, as necessidades de instrução não eram sentidas, nem pela população, nem pelos poderes constituídos (pelo menos em termos de propósitos reais), a nova situação implantada na década de 30 veio modificar profundamente o quadro das aspirações sociais, em matéria de educação, e, em função disso, a ação do próprio Estado. (ROMANELLI, 1986, p. 59).

Em regiões onde a agricultura de subsistência ainda era frequente, não se registrou necessidade educacional, uma vez que, o modo de trabalho exigia pouco conhecimento em escrita e leitura. Sendo assim, a necessidade de instrução se ampliou nas áreas urbanas, onde os novos métodos de produção industriais fizeram surgir outras áreas de atuação como transportes e na área de administração, onde a necessidade de instrução era maior. Portanto, em regiões com ascendência econômica, exigia da população uma certa instrução para ampla concorrência no mercado de trabalho. (ROMANELLI, 1986, p. 60).



Acrescentamos ainda que, com a Revolução de 1930, a preocupação dos atuantes nesse novo regime político foi a educação. Discutida na década anterior, e agora com novas propostas de aplicação, Getúlio Vargas focou necessariamente na educação para o trabalho, especialmente na modalidade de ensino profissional e secundário, mesmo não sendo o ponto principal de seu plano de governo.

A aproximação com os diversos setores e a centralização do poder no governo Vargas foi o bastante para se manter no poder durante 15 anos. Na educação, Vargas se manteve alinhado especialmente a igreja e os setores industriais. A partir do Decreto nº 19.402 de 14 de novembro de 1930, fica instituído a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, onde Francisco Campos assumiu como Ministro.

Nessa perspectiva, o estreitamento das relações com a igreja, inicia a partir de uma das reformas de Francisco Campos, onde permitiu que o governo Vargas mantivesse o apoio ao promulgar o decreto 19.941 de 30 de abril de 1931, onde em seu “Art. 1º Fica facultado, nos estabelecimentos de instrução primária, secundária e normal, o ensino da religião.” (BRASIL, 1931, não paginado).

Alguns outros decretos no campo da educação foram feitos nesse período por Francisco Campos, como o Decreto 20.158 de 30 de junho de 1931, que estrutura o Ensino Comercial (Profissionalizante). E o Decreto nº 21.241 de 4 de abril de 1932, onde reorganiza o Ensino Secundário novamente.

Dentro dessas Reformas, o ensino primário não foi contemplado, ficando a cargo dos Estado organizarem essa modalidade de ensino. Com isso, fica evidente a preocupação do Governo Federal em estabelecer uma educação voltada para as elites, deixando em segunda instância o Ensino Primário ou Ensino Elementar, que era em sua maioria frequentado pelas massas populares.

Logo após essa transição do entusiasmo educacional, notamos uma forte vertente se formando em principio por intelectuais que estiveram no exterior e voltaram ao Brasil, com ideologias de uma Pedagogia Nova, fortemente ligadas as concepções de John Dewey. Esses ideários influenciaram na educação a partir do movimento Escola Nova, com a publicação do Manifesto dos Pioneiros (1932), assinada por Anísio Teixeira, Fernando Azevedo, Lourenço Filho, Raul Gomes dentre outros intelectuais ligados a educação.

As mudanças requeridas no Manifesto dos Pioneiros, eram principalmente, a de causar o rompimento com os ideais deixados pelo ensino ligado ao catolicismo. Pois, o ensino Jesuítico deixou marcas na educação brasileira, “[...] de caráter verbalista, retórico, livresco, memorístico e repetitivo, que estimulava a competição através de prêmios e castigos.” (GADOTTI, 2004, p. 231). Foi esse o ponto de partida a crítica levantada pelos escolanovistas, que viam nos métodos do ensino tradicional uma forma de educação inadequada. Saviani (1999, p. 19) afirma que,



[...] a pedagogia nova começa, pois, por efetuar a crítica da pedagogia tradicional, esboçando uma nova maneira de interpretar a educação e ensaiando impantá-la, primeiro, através de experiências restritas; depois, advogando sua generalização no âmbito dos sistemas escolares.

A Pedagogia Nova vem com o intento de mudar o sistema de práticas educacionais do período, serve como uma ruptura das antigas formas de ver o ensino e de como encaminhar a educação. Dessa forma, a sua estrutura teórica se embasa nas questões que gira em torno do aluno construtor do próprio conhecimento, e não mais o professor como centro do ensino, conforme é no ensino Tradicional.

O movimento escolanovista, também é adepto de uma escola pública, laica e gratuita, mostrando avanços em relação as estruturas educacionais, que ainda não haviam sido levantadas no país. Com base nessas premissas, é que em 1934, a Constituição Federal, aprovada e promulgada, abre um capítulo para tratar da educação, e que no Art. 149 determina que a Educação é direito de todos. Outro ponto importante, é o Art. 150, que em Seu parágrafo único, determina “[...] o ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extenso aos adultos.” (BRASIL 1934, não paginado).

A Constituição de 1934, tem seu caráter mais expressivo do que a posterior, autoritária de 1937, com o golpe de Estado. Nessa linha, o sentimento de reconstrução Nacional, unidos com as ideias escolanovistas juntamente com a articulação de Getúlio Vargas com os segmentos da sociedade, fazem com que a década de 1930 até 1934, haja poucas mudanças no Ensino Primário, diferentemente do regime político anterior em relação a disseminação da Instrução Pública. O que demarca esse período, é a transição das ideias, o levantamento das problemáticas educacionais e a busca pelas respostas para saná-las, que fazem parte de todo o movimento educacional em busca de satisfazer os “males da sociedade brasileira”.

O ENSINO PRIMÁRIO NO PARANÁ NA TRANSIÇÃO ENTRE AS REPÚBLICAS (1920-1934)

No Paraná da Primeira República, mais especificamente no período que engloba os anos de 1920 a 1930, a educação passou por algumas reformas nas estruturas administrativas e organizacionais, típico daquele momento histórico que marca o Entusiasmo pela Educação. Conforme Werebe (1994, p. 48) afirma:

A década de 1920 foi importante para o Brasil, é quando os novos intelectuais brasileiros influenciados pelas ideias da escola nova e a favor da escola pública realizam reformas educacionais em alguns estados, Sampaio Dória, em São Paulo (1920); Lourenço Filho, no Ceará (1923); Anísio Teixeira, na Bahia (1925); Carneiro Leão, em Pernambuco (1926); Francisco Campos e Mario Casassata, em Minas Gerais (1927); Fernando de Azevedo, no Distrito Federal (1928) e Cesar Prieto Martinez, no Paraná (1920). Todas essas reformas procuravam remodelar o ensino ao mesmo tempo que fortalecessem a educação pública.



É nesse momento, que o Paraná assume a responsabilidade de renovar a educação iniciando pelo Ensino Primário. E o percussor desse ideário de mudanças é Caetano Munhoz da Rocha, que a partir da parceria com o Presidente do Estado de São Paulo, Altino Arantes, convida o então Diretor da Escola Normal de Pirassununga Prieto Martinez, a fazer parte da equipe que iniciaria as reestruturações educacionais no Estado do Paraná. Nesse sentido, concordamos com Sbardelotto (2016, p. 216) quando afirma que,

No Paraná, principalmente sob a vigência do governo de Munhoz da Rocha, diversas medidas reformadoras também foram tomadas pelo Inspetor Geral do Ensino César Prieto Martinez, acompanhando a tendência nacional de atender as novas necessidades do capital industrial por mão-de-obra urbana qualificada.

Mesmo que seja a partir do primeiro governo de Munhoz da Rocha (1920-1924) que o foco educacional tenha recaído sobre o Ensino Primário, a discussão sobre a Instrução Pública já vinha sendo feita em outros momentos, mais precisamente, a partir da década de 1910 com a promulgação de alguns decretos referentes a educação pública, como afirma Farias (2018, p. 660)

[...] no Paraná, embora a reorganização da educação tenha iniciado em meados de 1920 com Caetano Munhoz da Rocha, a discussão pertinente a escola pública já é evidente desde a primeira década do século XX, com os decretos nº 1.236 de 2 de maio de 1912, que reorganizou a Instrução Pública do Paraná, o decreto nº 1.510 de 25 de março de 1915 que determina a reformulação da Instrução Pública e o Decreto nº 996 de 24 de outubro de 1919 que reorganiza o Conselho Superior de Ensino Primário e em 1920, o decreto 1.999 de 9 de abril que cria a Inspetoria Geral do Ensino, onde, o Professor Prieto Martinez assume em 24 de abril de 1920. Essas reformulações educacionais atendiam as demandas dos modos de produção capitalista que surgiam no Estado do Paraná.

Em relação a afirmação acima, podemos observar que as reformas no aparelho escolar nesse momento são próprias do “entusiasmo pela educação”, onde a preocupação com ensino primário, em especial aos analfabetos deveriam ser prioritários. Nesse sentido, afirma Rocha em 1924:

A principio a reforma que o Governo fez realizar neste departamento cuidou de effectivar a função de cada escola, depois de convenientemente localizada. Mais tarde esmerou-se em dar ao ensino uma feição utilitária, de resultados rápidos, tendo em vista cuidar, em primeiro lugar e com especial carinho, dos analfabetos. Estabeleceu-se para cada professor a obrigação de fornecer, anualmente, uma turma de crianças alfabetizadas. (ROCHA, 1924, p. 89).

Nesse mesmo período no Paraná, podemos observar também, o envolvimento da imprensa na disseminação das ideias sobre a Instrução Pública, com base nos ideais republicanos, pois,

Nas primeiras três décadas do século XX, os discursos da imprensa se centraram basicamente numa sociedade que buscava incisivamente o progresso. A imprensa tornou-se grande imprensa, otimizada pela conjuntura favorável. Essa transformação apoiou-se basicamente no tão propagado incentivo à alfabetização [...]. (SOUZA; CAMPOS, 2013, p. 147).



Com isso, no Paraná, surge um jornal impresso de cunho educacional chamada A Escola, publicada inicialmente em 1906, na qual tinha por objetivo principal discutir sobre a educação pública paranaense aos olhos dos educadores que faziam parte do editorial, dentre eles estavam, os professores, Brazilio Ovidio da Costa do Gymnasio; Verissimo de Souza da Escola Oliveira Bello; Lourenço de Souza da Rua 13 de Maio; Vidal Natividade da Silva da Travessa do Riachuelo; Lindolpho P. da Rocha Pombo do Grupo Xavier da Silva; e as professoras, Julia Wanderley Petrich da Escola Tiradentes; Maria da Luz Ascensão da Rua Marechal Deodoro; Luiza N. Correia de Freitas da Rua Ractcliff; Itacelina Teixeira do Gymnasio; e Alexandrina Pereira da Rua America. O redator chefe da Revista é o Sebastião Paraná, também Inspetor da Instrução Publica da Capital do Estado no mesmo período.

Levando em conta que a Revista é formada por educadores do Estado do Paraná, podemos observar a preocupação em relação a instrução Pública, mesmo partindo dos ideários republicanos, marcando assim, um importante elemento para a discussão da Escola Pública no Estado do Paraná.

Além disso, com seus pensamentos republicanos, disseminava ideias sobre a Instrução Pública no Paraná, bem como, rebatia qualquer ideário que fossem contrários aos dos republicanos. Podemos notar esse ideário republicano, com a afirmação da Revista na seguinte passagem da Primeira edição veiculada, “Si sões verdadeiro republicano, mui bem disse um educacionista do norte, cuidae e cuidae sempre da educação do povo: ignorância e republica são idéas que se repelem.” (A ESCOLA, 1906, n. 1, p. 1).

Esse ideário da Educação ser vinculada ao republicanismo é próprio desse momento de transição do império para a Primeira República, o que demonstra também que, ao adentrar o conceito de educação no Estado do Paraná, a justificativa do país sofrer suas crises em diversos setores sociais e econômicos, se dava pelo fato do país estar obsoleto em sua estrutura educacional.

Especialmente no Paraná, essa Revista vem para implantar o que podemos chamar de Movimento de Renovação Educacional através do Entusiasmo pela Educação, onde a instrução Pública primária seria a redentora universal do Estado. Essa ideia da redenção da Nação, se encontra no trecho a seguir,

Hoje o valor das nações é representado pela expansão intellectual de seus filhos, pelo fulgor de suas escolas, pela alteza, pelos princípios sãos e altruístas consignados na magna Carta. [...] o regimen republicano o problema da instrucção se impõe e reclama prompta solução. Mas que seja difundida uma instrucção solida, ministrada de acordo com as sãs prescripções da pedagogia moderna. (A ESCOLA, 1906, n. 1, p. 1).

É com a questão da ideia de redenção pela educação que o Estado do Paraná luta contra o analfabetismo, que se torna o mal desse período. Nessa perspectiva, podemos notar que o Paraná não se separa do restante do contexto nacional na busca pela disseminação da Instrução



Pública para as massas das populações, entrando na República com essa ideia pautada desde a transição Império/República.

Outro aspecto educacional desse momento, que representa as características republicanas, são os ideais cívicos e patrióticos, na qual é expressada no parágrafo seguinte da Revista A ESCOLA.

A maior preocupação na Escola deve consistir no seguinte: alevantamento do caracter da criança, desenvolver-lhe o raciocínio, pouco se importando com a memoria, filtrando-lhe no espirito sentimentos de piedade e de probidade e preparar-lhe o coração para vibrar quando necessário fôr: quer lamentando os desastres nacionais, quer exultando com os triumphos, com as alterosas conquistas da Patria. É assim que se erige a educação cívica, tão necessária e imprescindível mesmo para o progresso geral da Nação. (A ESCOLA, 1906, n. 1, p. 1-2).

Toda essa preocupação girava em torno do progresso da nação, onde o Brasil finalmente entraria na fileira das grandes nações mundiais. Além disso, o Brasil passava por uma fase de reestruturação nos modos de produção o que gerava uma certa necessidade de estabelecer um novo regime educacional a fim de prover mão de obra para essas novidades no campo econômico de produção industrial. Com isso, o Paraná estaria fazendo a sua parte na construção dos novos cidadãos a partir da Instrução Pública voltada para essas características republicanas de reconstrução nacional.

A Revista A escola, foi suspensa temporariamente em 1910, por falta de recursos e apoio tanto dos demais educadores do Estado quanto da esfera política, como é relatado na Edição n. 7 a 12 do ano de 1910. Nesta edição o então Dario Velozzo se despede do cargo de Diretor da Revista.

Com a reforma do Estado do Paraná em ,1920, a Revista “A ESCOLA” retorna a ser publicada em 1921, “Sob a alta protecccção do eminente Dr. Presidente do Estado”. Nesse sentido, podemos observar que a capa da Revista é a imagem do então Presidente da Província do Paraná Caetano Munhoz da Rocha. Onde eram veiculadas informações diversas de vários aspectos informativos relacionados a educação, entretanto, ao contrário da antiga Revista A ESCOLA, os ideais veiculados deixam de ter seu caráter crítico da educação no Paraná, um dos periódicos que buscou discutir sobre a Instrução Pública, chamada A Escola, surge na primeira década do Século XX.

Outro movimento em prol da educação paranaense é o plano de Desalfabetização publicado na edição 231 do jornal O estado do Paraná em 1925, que desmonstra a preocupação em continuar com o processo de disseminação de Instrução Primária pelo Paraná.

Esse plano foi escrito pelo Professor Raul Gomes, que em 1932, participa do Manifesto dos Pioneiros, na qual tinha ideias para a solução “[...] ao problema do ensino no Brasil.” (GOMES, 1925, não paginado). Nesse plano, em seu Art. 1, fica determinado que todas as crianças com Seis anos devem ser “Conscriptas”, em outras palavras, serem alistadas a educação escolar. Há uma certa preocupação com a obrigação da matrícula escolar dessas crianças, onde



podemos notar no Art. 7, a geração de uma multa no valor de 200\$000 para os pais de crianças com seis anos não matriculadas em nenhuma escola pública ou particular, que deveriam ser pagas de uma só vez.

Em continuidade ao trabalho iniciado em 1920, Caetano Munhoz havia focado no processo de desanalfabetização através da instrução pública em duas modalidades de ensino, ao ensino primário das crianças e ao ensino primário dos adultos.

O problema primordial da desanalfabetização foi durante o ano findo atacado com vigor nos dois aspectos – de menores e adultos, com o aumento de escolas primarias diurnas e nocturnas para operarios, escolas estas sobre as quaes incidiu uma rigorosa fiscalização. (ROCHA, 1926, p. 153).

Mesmo com a iniciativa da reorganização da Instrução Pública proposta por Caetano Munhoz da Rocha em conjunto com Prieto Martínez (1920-1925), o governador observa outras dificuldades que apareceram no seu primeiro mandato: a falta de professores.

Desde que iniciou no Paraná em 1920, a reestruturação do ensino em busca do combate a desanalfabetização, Caetano sempre buscou criar mais escolas, o que de um lado permitiu que distribuísse a educação para áreas com menos acesso e mais populosas, e de outro, despertou no estado a necessidade de se criar um corpo efetivo de professores.

Verificando-se em alguns minicipios do norte do Estado a necessidade de criação de mais escolas e, sendo grande a dificuldade quanto ao provimento dessas cadeiras, pela falta de professores aparelhados para o exercício do magistério, expedi instrucções no sentido de serem escolhidas pessoas suficientemente habilitadas para esse fim e já residentes no município. (ROCHA, 1926, p. 154).

A Valorização do corpo de professores através de gratificações nos salários, também se encontrava nos discursos de Caetano Munhoz da Rocha, onde afirma que:

Ao mesmo tempo que assim mandava atender o Governo aos interesses do ensino, procurava por outro lado melhorar a situação financeira dos professores normalistas em exercício nos municípios do norte do estado e em outro distante, onde as condições de vida são mais difíceis. Adicionando-lhes aos vencimentos uma gratificação mensal de 100\$000, como se verifica do Decreto n.º 589 de 8 de junho de 1925. (ROCHA, 1926, p. 154).

Outro aspecto que é válido marcar no governo de Munhoz da Rocha é a sua preocupação com o oferecimento de cursos que habilitem o povo que mora em regiões mais distantes das cidades urbanas, para a vida do trabalho elementar. Essa disposição, marca a preocupação da criação de cursos profissionais para a população de baixa renda.

Estas escolas, commerciaes, agricolas ou industriaes em geral, vêm realizar uma grande aspiração da população do interior pelos surtos de progresso que estimularão, por certo, sem que comtudo sejam desvirtuados os objetivos do ensino primário. (ROCHA, 1926, p. 156).



Esse pensamento paira por todo o estado, uma vez que o *Boom* industrial dá os seus passos. O ensino profissional que Caetano Munhoz marca acima, é um ensino complementar para aqueles que não conseguem, por razões financeiras, se deslocarem para as regiões urbanas para dar continuidade a educação, portanto, Caetano Munhoz, possibilita que as escolas locais e próximas dessas pessoas, ofereçam os cursos profissionais nas áreas comerciais e industriais, como forma de promover a Instrução dessa parcela da população e trabalhar com a criação de mãos de obras para a indústria.

Outro aspecto referente ao ensino são as escolas particulares. Caetano Munhoz, observa as escolas particulares como “[...] poderoso elemento de difusão do ensino, com grande economia para o Thesouro [...]” (ROCHA, 1926 p. 157), nesse sentido, dar o apoio financeiro e estrutural para essas escolas, também, é vista como elemento da disseminação do ensino no estado.

Assim considerando o ensino particular, tem o Governo estimulado o advento de novas escolas, facilitando a habilitação dos professores, que desejam se dedicar ao magistério em escolas particulares, e subvencionando as já existentes, ou aparelhando-as de algum material didactico. (ROCHA, 1926, p. 157).

Considerou-se também, o fechamento de escolas particulares de ensino estrangeiro, que não adaptava o currículo de ensino ao ensino patriótico estabelecidos pelo estado. Pois, as escolas deveriam prezar pela Nacionalização desses alunos estrangeiros, para que pudesse usufruir dos mesmos direitos civis dos brasileiros.

[...] foram fechadas diversas escolas particulares dirigidas por estrangeiros que ministravam a colonos um ensino insuficiente do vernáculo e que não satisfaziam aos objetivos de completa nacionalização dos alunos, consoante ás respectivas leis estadoaes e ás justas exigências do patriotismo de todo brasileiro que deseja ver incorporados nos sentimentos da nossa nacionalidade os sentimentos patrióticos de todos aquelles que vêm de outros paizes participar definitivamente da mesma riqueza material, dos mesmo direitos civis e políticos, da mesma liberdade e bem estar que o Brasil proporciona aos seus filhos. (ROCHA, 1926, p. 158).

Em relação a adaptação do calendário educacional, foi posto a organização do mesmo, para que as crianças que viviam em locais com o inverno mais rigoroso não sofressem com esses períodos. E para os outros locais que o frio não é tão rigoroso é mantido o calendário regular.

O Ensino Secundário começa a dar os primeiros passos com Caetano Munhoz, onde é oferecido às áreas mais afastadas das áreas urbanas, como forma de complementação do ensino elementar primário oferecido. Esse ensino complementar, tem em vista preparar para o mercado de trabalho através de cursos profissionais.

Em 1926, foram criadas três escolas complementares em duas cidades do Paraná, uma na Capital e a outra em Ponta Grossa. Nessa última, haviam dois cursos, um destinado ao ensino complementar do ensino primário e a outra de caráter profissional comercial. Na de caráter comercial, o currículo era baseado em Português, redação comercial, contabilidade, escrituração



mercantil e noções de legislação comercial, francês e datilografia. O curso tinha duração de 1 ano. E a disciplina de Francês, também poderia ser assistida pelos alunos da Escola Normal Primária.

A satisfação em relação ao ensino primário no Paraná, demonstrada por Caetano Munhoz da Rocha, está em que a União não fez nenhuma sugestão as reformas educacionais.

[...] devo assinalar que nenhuma sugestão fora feita até agora ao meu Governo no sentido de ser exercida a acção supletiva do governo Federal na instrução ministrada pelo Estado. Cumpre-me, entretanto, tornar saliente que os factos da instrução paranaense demonstram cabalmente achar-se o nosso Estado em uma situação verdadeiramente privilegiada dentro da Federação brasileira, porquanto a difusão do ensino satisfaz já quase completamente as necessidades populares também supridas em parte pelo ensino particular igualmente bastante apreciável e em franco desenvolvimento. (ROCHA, 1927, p. 207).

Outro aspecto levantado por Caetano Munhoz em suas mensagens, é a Conferência Nacional de Educação que ocorreu no Paraná nos dias 19 a 26 de Dezembro na Capital do Estado, onde foram levantados as questões acerca da educação.

Empenhado vivamente [...] em promover por todas as formas a melhor preparação do professorado para a sua eficaz colaboração na solução dos grandes problemas da educação moderna, aceitei com prazer a escolha que a Associação Brasileira de Educação, notável instituição de fins educativos, com sede no Rio de Janeiro. (ROCHA, 1928, p. 212).

Caetano Munhoz da Rocha demonstra a relevância que foi a conferência de educação, acontecendo em seu Governo, onde foram reunidos os intelectuais da área educativa na época. Segundo Caetano Munhoz da Rocha, foram 114 trabalhos publicados nos anais da conferência.

Ao fim do Mandato de Caetano Munhoz da Rocha, o seu sucessor Affonso Alves de Camargo (1928-1930) assume o poder do Paraná. O Governo de Affonso Camargo inicia com alterações nas pastas das secretarias públicas, e no caso da educação, passa a estar inserida na Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública.

Em mensagem, Affonso Camargo, assim como o seu antecessor Caetano Munhoz da Rocha (1924-1928), trata em seu discurso a Instrução Pública como um dos maiores problemas que tem preocupado o seu governo. (CAMARGO, 1929, p.30)

Nesse sentido, em continuidade ao trabalho exercido por Caetano Munhoz da Rocha, Affonso Camargo busca mudar o viés educativo através da expansão do Ensino Profissional. Os primeiros passos para uma nova forma de educação a população paranaense começam a dar. Segundo Camargo (1929, p. 31)

Agora que o Estado já possui organização mais ou menos perfeita de ensino primário, normal secundário e superior, tenciono tratar com grande interesse do profissional, que será, sem nenhuma duvida, de notável proveito para nossa gente. É, portanto, de



grande conveniência que autorizeis a criação de escolas profissionais masculinas e femininas nesta capital e no interior.

O governo de Affonso Camargo não cita muito a educação como seu principal projeto de governo, nem tanto em relação ao Ensino Primário. Como parte disso, Camargo, busca dar prosseguimento ao mesmo plano de governo educacional de Caetano Munhoz da Rocha.

Em 1930, Affonso Camargo foi deposto juntamente com a maioria dos governadores eleitos pelo Brasil, por conta da tomada de poder consolidada por Getúlio Vargas em 1930, e substituído posteriormente pelo General Mário Tourinho.

Após a tomada de poder por Getúlio Vargas em 1930, todos os ocupantes dos cargos de alta confiança e administração do Governo do Paraná foram depostos, juntamente com o Presidente do Estado Affonso Camargo, inclusive da diretoria Geral do Ensino.

[...] exoneradas todas as altas autoridades do Estado, Chefe de Polícia, Diretores Gerais do Ensino e da Saúde Pública e Procurador Geral da Justiça, que exerciam tais cargos de confiança por delegação' do Governo que vinha de ser deposto, e nomeados para substituí-los os cidadãos que me pareceram, por sua Conduta passada e seus méritos pessoais, merecedores das investidas respectivas. (TOURINHO, 1931, p. 5).

No campo educacional, as mudanças que vieram sendo administradas no governo de Affonso Camargo agora vêm com outro viés. O viés de Getúlio Vargas. Com essas mudanças, o ensino primário que vinha desde Caetano Munhoz da Rocha como prioridade do Estado, muda para o ensino profissional. Sabe-se que, a discussão sobre o ensino profissional já era um dos planos de governo de Affonso Camargo, que não teve o tempo suficiente para concluir seus objetivos enquanto Presidente do Estado.

Segundo General Tourinho, o Estado do Paraná não estava economicamente estável, o que o impediu de melhores estruturas, como afirma em mensagem:

Infelizmente, porém, as precárias condições financeiras do Governo, não me permitiram, até agora, imprimir-lhe o desenvolvimento conveniente e a feição caracteristicamente popular, colocando-a ao nível das suas necessidades atuais, cuja integral satisfação o próprio espírito do século reclama com insistente e firme determinação. Por tais motivos tenho, até aqui, limitado a ação governamental, nesse sentido, em conservar a mesma organização que lhe fora anteriormente impressa, melhorando todavia as suas condições, por uma mais escrupulosa seleção do professor e uma melhor distribuição, no interior do Paraná, das escolas primárias, mantidas pelo Estado. (TOURINHO, 1931, p. 34)

É nesse sentido, que General Tourinho prevê o Decreto n.º 589 de 9 de março de 1931, onde estipula o concurso público para professores em todas as esferas de ensino no Estado do Paraná. Segundo Oliveira e Vogt (2010, p. 11),

[...] a fase do Governo de Mário Tourinho já estavam sendo salientados os graves problemas com a educação, em grande parte, pela falta de recursos financeiros do Estado. A organização escolar permanecia conforme as regulamentações do Código



de Ensino, de 1917, tendo sido aprovado, em 1931, o Decreto n°589, que instituía a seleção de professores públicos mediante concurso.

As mudanças no ensino primário não ocorreram nesse governo, tendo em vista a inexperiência no campo da administração pública do Interventor do Estado, o que por um lado, permitiu que a educação seguisse da mesma maneira. Oliveira e Vogt (2010, p. 9) afirmam ainda que,

A pouca habilidade política deste general levou à sua renúncia, em 29 de dezembro de 1931, sendo sucedido por Manoel Ribas, indicado para solucionar os confrontos políticos surgidos na intervenção daquele governante.

Após a renúncia do General Tourinho, Manoel Ribas assume o governo do Estado do Paraná, ficando até o fim do Primeiro Governo de Vargas em 1945. No Estado atuou na área administrativa e econômica, permitindo que se mantivesse pelos próximos 15 anos no poder, passando assim, todo período getulista como interventor do Estado do Paraná.

O governo de Ribas propôs uma atuação no campo da educação profissional com ênfase na agricultura, como ele mesmo afirma sendo “Devotado sempre ao ensino profissional, [...] um dos fatores capazes de fazer a grandeza econômica do Paraná.” (RIBAS, 1936, p. 97).

O foco principal desse modelo de ensino, era desenvolver soluções para as problemáticas do setor agrícola no Paraná, que estava em crise. Para tal, ele criou Escolas Rurais de Ensino Primário no Estado e a Escola de Trabalhadores Rurais na capital que tinha como objetivo formar trabalhadores técnicos para atuar na agricultura e pecuária a fim de reerguer a economia do Estado através do preparo de sujeitos habilitados a trabalhar com o campo agrônomo, como afirma em mensagem para Getúlio Vargas,

O governo não se descuidou de todos os problemas que se relacionam com a agricultura, da qual está dependendo, em grande parte, a nossa emancipação econômica. Continuarei a empregar todos os meus esforços, para vitória desta campanha. (RIBAS, 1935, p. 34).

Nesse sentido, a partir do ano de 1935 foram criadas escolas de ensino profissional no Estado, posteriormente regulamentadas pelo Decreto n.º 7.782, de 3 de dezembro de 1938, o grupo de crianças que eram matriculadas, em sua maioria, eram as que estavam em estado de marginalização. O objetivo era que essas crianças tivessem a instrução elementar básica com ênfase em conhecimentos necessários para a vida do homem no campo. A medida adotada foi considerada uma ação interventora dos problemas da “Infância desprotegida [...]” (RIBAS, 1940, p. 35) de forma mais “[...] racional e proveitosa [...]” para a economia do Estado a partir da formação de trabalhadores rurais. (RIBAS, 1940, p. 40-41).

A idade mínima para admissão era de nove e máximo dezoito anos, as matrículas eram preferencialmente de garotos órfãos e “[...] desamparados pelos pais [...]” (RIBAS, 1940, p. 40-41), feitas nas quatro escolas rurais no Estado, e uma Escola de Pescadores do município de Paranaguá, como método para “[...] solucionar êsse importante problema social.” (RIBAS,



1940, p. 40-41). Também eram aceitos filhos de lavradores, que possuísem poucos recursos financeiros.

Nessa medida educacional, era adotado o ensino elementar primário ministrado por professores normalistas. Fazia parte do currículo profissional, o Ensino de “[...] agricultura, horticultura, jardinaria, silvicultura, higiene e trato dos animais, laticínios, avicultura e outros.” (RIBAS, 1940, p. 35).

Após o término do curso primário nas respectivas escolas rurais do Estado, essas crianças eram encaminhadas a Escola de Trabalhadores Rurais “Dr. Carlos Cavalcanti”, localizada em Curitiba, para que pudessem continuar o ensino técnico-profissional visando a Formação de Auxiliar Prático do Agrônomo. Essa instituição possuía regime de internato, onde os alunos recebiam as condições básicas para que pudessem estudar, como alimentação, assistência médica-dentária e vestuário.

Segundo Mensagem de Manoel Ribas (1935), o governo atendeu uma demanda do Chefe de Polícia do Estado, Coronel Sylvio Van Erven, no intuito de transformar a ilha das cobras em uma colônia de Medida Correccional para jovens delinquentes, onde esses receberiam instrução de ensino elementar e agrícola.

A construção da Escola de Pescadores Antônio Serafim Lopes, na ilha das cobras, teve seu início em 1935 e seu término em novembro de 1936, tendo capacidade para 100 alunos e com instalações necessárias para o seu fim. (RIBAS, 1937, p. 28). O Objetivo da Escola era o Ensino Elementar básico e instruções de pesca e o cumprimento do ensino profissional Agrícola do Estado. O foco principal era o mesmo das Escolas Rurais, o de educar as crianças órfãs e desprovidas de cuidados da família sendo formadas para o trabalho profissional e dar instrução para detentos da Casa Correccional que existia na Ilha das cobras.

Cogitava-se a ideia, de se construir uma Escola Normal Agrícola, para maior aproveitamento dessa formação técnica dos alunos, tendo em vista a maior aproximação do professor com o meio rural. (RIBAS, 1940, p. 129). Nesse sentido, é possível notar que a preocupação maior do interventor era expansão do ensino no Paraná, sobretudo o ensino profissional agrícola, onde se deu a sua maior atuação.

Nos primeiros anos da Segunda República no Paraná (1930-1934), representa o momento em que o Paraná focalizou a educação na maior parte vinculada ao ensino primário rural. Dentre as respectivas alterações educacionais, o governo de Manoel Ribas buscou o encaminhamento econômico através do Ensino Profissional. De um lado, para a saída da crise econômica que assolava o país, e de outro, para contribuir para as mudanças nos setores industriais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



A educação em seu contexto histórico se modificou e foi moldada aos interesses das elites dominantes. No momento em que o país passou pela transição Império-República, o Brasil tem uma elite dirigente que busca romper, principalmente através da educação, com os moldes imperiais de sociedade e inicia a busca pela “cidadania” para justificar a necessidade de mão-de-obra exigida pelo processo de modernização que se inicia com a transição.

Já na transição das Repúblicas, temos o momento em que o país passa pelas mesmas ideias de modificação, entretanto, o cidadão ainda não é o sujeito ideal, não representa a figura do “verdadeiro brasileiro”, assim, passa-se a desenvolver um outro tipo educacional em busca de modificar esse brasileiro. O que podemos notar nesse momento, é a necessidade de articular o ensino com o trabalho, com as novas exigências econômicas e principalmente políticas, que é um dos motivos pela nova estruturação da educação para combater as políticas oligárquicas, auxiliando assim na hegemonia das elites urbano-industriais que estavam surgindo.

Em um terceiro momento, no entusiasmo pela educação, a expansão do Ensino Primário seria o necessário para transformar o sujeito em cidadão e assim poder participar politicamente das escolhas dos governantes, o que foi essencial para a busca do rompimento com as oligarquias, e também, para que a elite urbano-industrial conquistasse a hegemonia político, social e cultural. Ao fim desse momento, temos os brasileiros que não “votavam bem”, e com o passar do tempo, precisou-se uma nova ordem tomar o poder, sendo assim, Getúlio Vargas toma o poder em 1930.

Em geral no país o ensino primário serviu nesse período como ferramenta de dominação da população em busca da hegemonia política, econômica e social. Na transição das Repúblicas, esse ensino teve um adiantamento na dominação, em outras palavras, quando o ideário deixou de atuar com maior intensidade e não estava trazendo resultados imediatos a essas elites, houve então, uma tomada de poder comandada por militares que vem com o ideal de consolidar essa dominação por meio da força, uma vez que a ideologia não foi suficiente para essa dominação.

No Paraná, podemos concluir que o ensino primário teve bastante visibilidade no período que percorreu o Governo de Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928), pois, a partir dele iniciaram as discussões acerca da Instrução Pública no Paraná com aplicações na vida social da população paranaense. Essa pesquisa nos mostra que, Caetano Munhoz se preocupou com a expansão do Ensino Primário no Paraná, e que, ao convidar o Prieto Martinez para ser o Inspetor Geral do Ensino, deu o primeiro passo para buscar uma educação de qualidade para a população, tendo em vista que, Caetano Munhoz buscou o auxílio de um profissional da área da educação, na qual pode se atentar as questões educacionais com maior precisão.

Sabe-se ainda que, a expansão do Ensino elementar no Paraná se deu inspirada no “entusiasmo pela educação”, sentimento no qual o país esteve mergulhado nos anos de 1920. Nesse sentido, os aspectos de mudanças administrativas e técnicas na educação partem de um contexto amplo que o Brasil vivenciava naquele momento, e foi com Caetano Munhoz da Rocha que ocorreu no Paraná o mesmo movimento que acontecia em alguns locais no país.



Após o governo de Caetano Munhoz, Affonso Camargo não busca focar no Ensino Primário, suas passageiras propostas em favor da educação, são destinadas em sua maioria ao Ensino Profissional, também típico daquele momento de transição de sociedades e advindo industrial.

Após o regime da Primeira República se encerrar com a tomada de 1930, o Paraná voltou a esperar outro governante que focasse na educação novamente, onde foi a vez de Manoel Ribas, Interventor do Estado, que buscou o incremento da educação, entretanto no Ensino Profissional e o Ensino Primário Rural. Para Manoel Ribas, o Ensino Primário Rural era efetivo em duas ocasiões: Na primeira acabar com a criminalidade ou a Marginalidade dos jovens; E a segunda, buscar mão-de-obra para o trabalho no campo, uma vez esquecida com o advindo industrial.

Nessa sequência de fatos, podemos constatar que o Ensino Primário seguiu de maneira linear até os de 1928, e que após esse momento, foi cada vez menos focado aos interesses dos respectivos governos, voltando apenas em Manoel Ribas com o foco no Ensino Rural.

Nesse sentido, constatamos também que o Ensino Primário antes a Revolução de 1930, teve seu papel no sentido de expansão da alfabetização em busca das mudanças no campo político e os primeiros passos para abraçar a industrialização e modernização do País e conseqüentemente no Paraná. Entretanto, após a década de 1930, o Ensino Primário não tem um papel relevante no processo de mudança social, deixando a cargo do Ensino Profissional a formação de sujeitos capazes de trabalhar.

REFERÊNCIAS

A ESCOLA: Revista do Gremio dos Professores Públicos. Curitiba, v. 1, n. 1, 1906. PR: Typ. A Vapor, Disponível em: www.memoria.bn.br. Acesso em: 08 ago. 2018.

A ESCOLA: Revista do Gremio dos Professores Públicos. Curitiba, v. 1, n. 1921. 1 PR. Disponível em: www.memoria.bn.br. Acesso em: 08 ago. 2018.

BARROS, J. D. **O projeto de pesquisa em história: da escola do tema ao quadro teórico.** 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.** Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm. Acesso em: 20 out. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 19.941 de 30 de abril de 1931.** Rio de Janeiro, 1931. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19941-30-abril-1931-518529-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 09 maio 2018.



- CAMARGO, A. A. **Mensagem à assembleia legislativa, 1º de fevereiro de 1929.** Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/873136/2480>. Acesso em: 10 out. 2018.
- CARVALHO, M. M. C. **A escola e a República.** São Paulo: Brasiliense, 1989.
- COSTA, E. V. **Da monarquia à república: momentos decisivos.** 6. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- FARIAS, C. S. Instrução pública no Paraná: o ensino primário na visão de Caetano Munhoz da Rocha expressas nas mensagens de governo (1920-1924). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 18, n. 3, p. 654-670, set. 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8652307>. Acesso em: 07 out. 2018.
- FAUSTO, B. **História concisa do Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- FAUSTO, B. **História do Brasil.** 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.
- GADOTTI, M. **História das Ideias pedagógicas.** 8. ed. 8. Impressão. São Paulo: Ática, 2004.
- GHIRALDELLI JUNIOR, P. **História da educação.** 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2001.
- GOMES, R. Plano de desanalfabetização. **O Estado do Paraná**, edição da manhã, Curitiba, ano 1, n. 231. 1925. Disponível em: memoria.bn.br. Acesso em: 07 ago. 2018.
- NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República.** São Paulo: EPU, 1974.
- OLIVEIRA, M. C. M.; VOGT, A. M. C. A política de educação do governo Vargas no Paraná. **Revista UNIANDRADE**, v. 11, n. 2, p. 5-18, dez 2010. Disponível em: <http://www.uniandrade.br/revistauniandrade/index.php/revistauniandrade/article/view/8>. Acesso em: 23 jul. 2017.
- PÉCAUT, D.; GOLDWASSER, M. J. (trad.). **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação.** São Paulo: Ática, 1990.
- PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil.** 23. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- RIBAS, M. **Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado, ao instalar-se a 2ª sessão ordinária da 1ª legislatura da segunda república, de 1 de setembro de 1936.** Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Ano_1936_MFN_939.pdf. Acesso em: 11 set. 2017.
- RIBAS, M. **Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado, ao Instalar-se a Primeira Legislatura da Segunda República, de 16 de maio de 1935.** Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Ano_1935_MFN_938.pdf. Acesso em: 11 set. 2017.



RIBAS, M. **Mensagem à assembleia Legislativa do Estado**. Curitiba, 1937. Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Ano_1937_MFN_940.pdf. Acesso em: 11 set. 2017.

RIBAS, M. **Relatório do Interventor do Estado do Paraná, março de 1940**. Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosGoverno/Ano_1932_1939_MFN_825.pdf. Acesso em: 17 ago. 2017.

RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira: organização escolar**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

ROCHA, C. M. **Mensagem à assembleia legislativa do Paraná, 1º de fevereiro de 1926**. Curitiba, 1926. Disponível em: <https://bit.ly/2OnsNRd>. Acesso em: 12 out. 2018.

ROCHA, C. M. **Mensagem à assembleia legislativa, 1º de fevereiro de 1927**. Curitiba, 1927. Disponível em: <http://bit.ly/2QK4PMw>. Acesso em: 14 out. 2018.

ROCHA, C. M. **Mensagem à assembleia legislativa, 1º de fevereiro de 1928**. Curitiba, 1928. Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/msg1928_p.pdf. Acesso em: 17 out. 2018.

ROCHA, C. M. **Mensagem presidencial do estado do Paraná, 1º de fevereiro de 1924**. Curitiba, 1924. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u621/>. Acesso em: 02 dez. 2017.

RODRIGUES, M. **O Brasil na década de 1910**. 3. ed. São Paulo: Memórias, 2010.

ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SAVIANI, D. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 32. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

SBARDELOTTO, D. K. História dos cursos normais públicos de formação de professores primários no Estado do Paraná. In: SILVA, J. C.; BATISTA, E. L.; SANFELICE, J. L. (org.). **História da educação, intelectuais e instituições escolares**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2016.

SODRÉ, N. W. **Formação histórica do Brasil**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

SOUZA, E. F.; CAMPOS, N. Imprensa no Paraná e o combate ao analfabetismo: trajetória e pensamento de Raul Gomes (1889-1975). **Rev. HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 13 n. 53. p. 133-152, 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640197>. Acesso em: 24 ago. 2018.

TOURINHO, M. **Mensagem ao governo provisório de Getúlio Vargas**. Curitiba, 1931. Disponível em:



https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/136417/Mensagem_1931_Governo_Republica_MFN_937.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 08 ago. 2018.

WEREBE, M. J. G. **30 anos depois**. Grandezas e Misérias do Ensino no Brasil. São Paulo: Alinea. 1994.

Notas

¹ Mestrando em Educação pela linha de pesquisa em História e Historiografia da Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Contato: souzafarias.cassio@gmail.com.

² Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor Adjunto da Universidade Estadual do Paraná – *Campus* Paranaguá (UNESPAR/PARANAGUÁ). Contato: jorgeclark1@yahoo.com.br.